

# Diário da Assembléia

Nº 3.006

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 1974

ANO IX

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

#### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

#### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

#### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

#### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

#### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

#### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TURISMO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

#### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

#### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — As terças-feiras  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

### COMISSÃO DE POLÍCIA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

#### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

#### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

#### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

#### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

#### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.



**4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**

**Ata da 20.ª Sessão (Extraordinária)**

**Realizada em 26 de Março de 1974 (Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont, e David Federmann.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Maciel, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Domício Scaramella, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Haroldo Bianchi, Igo Losso, Ivo Thomazoni, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Nelson Buffara, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva. (33); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Santos Lima, Hélio Manfrinato, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Fuad Nacli, Iris Caldart, Ivo Rocha, João Fadel, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Olavo Ferreira, Wilson Brandão e Wilson Fortes. (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,**

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

**VOTAÇÃO EM DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 13/73, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 218/72, de autoria do Dep. Muggiati Filho, ex-Emenda ao Projeto de Lei n.º 195/72, — adita ao n.º 16, do art. 56, redação que especifica. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário, EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 27, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 14/74. Levanta-se a Sessão.

**4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**

**Ata da 21.ª Sessão Ordinária**

**Realizada em 26 de Março de 1974 (Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Antônio Belinati.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Maciel, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Domício Scaramella, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Haroldo Bianchi, Igo Losso, Ivo Thomazoni, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Nelson Buffara, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva. (33); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Santos Lima, Hélio Manfrinato, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Fuad Nacli, Luiz Roberto Soares, Iris Caldart, Ivo Rocha, João Fadel, Maurício Fruet, Olavo Ferreira, Wilson Brandão e Wilson Fortes. (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O ,**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E :**

**REQUERIMENTOS:**

— de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 211/73 e Projeto de Resolução n.º 3/74.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Roberto Vizi, ocorrido domingo em trágico acidente automobilístico.

Outrossim, solicita ainda da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada, por intermédio da Câmara Municipal de Mandaguari.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1974.

(a) **JORGE SATO.**

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Doutor Joaquim Faria de Macedo, médico dos mais ilustres e titular do Posto de Saúde de Arapongas, pela Resolução n.º 2.137, de 23 de agosto de 1973, da Secretaria do Governo do Estado vem de ser aposen-

tado do serviço público, para o qual fora admitido pela Portaria n.º 50 de 26 de fevereiro de 1940, do Governo Manoel Ribas.

Formado em 1947 pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, e quando já contava com alguns anos de serviço público, o Dr. Joaquim Faria de Macedo foi o primeiro médico a chefiar o posto de Arapongas, criado em março de 1948, por iniciativa do saudoso Deputado Waldemiro Pedroso.

Nomeado em 20 de abril de 1948 para o cargo de carreira de médico da Secretaria de Saúde, exerceu-o até a sua aposentadoria, no comando daquele Posto de Saúde.

Além de projetar-se no campo da medicina como uma de suas mais brilhantes figuras, aumentando ainda mais o acervo cultural e científico com que tem dotado o Paraná a sua prestigiosa e tradicional família paranaense, o Dr. Joaquim Faria de Macedo, à frente do Posto de Saúde, colheu os merecidos louros pelas inúmeras e patrióticas campanhas que encetou no campo da medicina profilática, das vacinações, da higiene e do saneamento.

Com relação às campanhas de vacinação da população infantil, principalmente, o Posto de Saúde de Arapongas classificou-se seguidamente em primeiro lugar, em proporção à sua população. E o seu êxito o devia o Dr. Joaquim Faria de Macedo, em grande parte, à sua forte liderança dentro da comunidade, que o ensinava a contar com a colaboração de elementos de todos os setores da sociedade, levados pelo sentido altruístico de ajuda ao próximo.

Outro capítulo de sua laboriosa atividade em favor da Saúde Pública é o que diz respeito ao combate à Lepra, notadamente no âmbito familiar da zona rural, onde muitas vezes era necessária a luta contra a incompreensão e o exercício da captura dos leprosos.

Foi o Dr. Joaquim Faria de Macedo o introdutor do sistema da profilaxia preventiva da lepra, que passou a adotar a partir de 1969, introduzindo o método de tratar o comunicante durante seis meses, ao mesmo tempo em que era tratado o doente da mesma família. Tal iniciativa lhe valeu uma lisonjeira observação feita pelo médico do Ministério da Saúde, em sua visita a Arapongas como representante do serviço nacional da lepra.

Durante todo o tempo decorrido, grande parte dele correspondendo ainda ao início da grande colonização do Norte Novo e, pois, em meio a uma verdadeira explosão demográfica, a um surto econômico sem precedente no mundo e em meio também a inumeráveis problemas ecológicos, conseguiu o consagrado médico levar adiante o desempenho de todas as suas atribuições e missões científicas que lhe eram confiadas sem que, do cumprimento deles, resultasse se quer um caso judicial.

Deixou um serviço de controle e de estatística com relação à Lepra, no Posto de Saúde de Arapongas, em perfeito funcionamento.

Mas, por certo, o seu idealismo de médico e o seu ascendado espírito rotário, não privarão nem Arapongas nem o Paraná de continuarem recebendo a inestimável ajuda que vem prestando ao seu engrandecimento à consagrada figura do Dr. Joaquim Faria de Macedo.

Diante do exposto nada mais justo do que se pretender tributar-lhe em nome do povo paranaense, através desta Casa que o representa em sua unanimidade, um voto de louvor, como reconhecimento pelos serviços que prestou a Arapongas e ao Paraná, à frente daquele Posto de Saúde o Dr. Joaquim Faria de Macedo, que ora se requer.

Pede que da presente seja dado conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde do Estado do Paraná, ao Conselho Regional de Medicina, às Prefeituras Municipais e Câmaras de Vereadores do Estado e ao homenageado.

Curitiba, em 26 de março de 1974.

(a) **MUGGIATI FILHO.**

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma em que dispõe o Regimento Interno, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de aplauso ao Clube Municipal de Esportes de Arapongas, cuja equipe de basquetebol se sagrou campeã do torneio quadrangular recentemente levado a efeito, nesta Capital, pela Federação Paranaense de Basquete.

Tão brilhante conquista, motivo de júbilo de todos araponguenses, vem elevar ainda mais alto o nome daquela cidade norte paranaense, principalmente quando se sabe que os adversários daquela equipe campeã foram as representativas de Curitiba, Londrina e Cornélio Procopio, indiscutivelmente as mais fortes e credenciadas do Estado.

Requer-se, finalmente, que da manifestação da Casa, uma vez aprovada a presente iniciativa, se dê ciência à Agremiação homenageada, ao Senhor Prefeito Municipal de Arapongas e à Câmara Municipal, da referida cidade.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1974.

(a) **MUGGIATI FILHO.**

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer o encaminhamento de ofício à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafo, congratulando-se com sua Diretoria pelo transcurso, no dia vinte e um último, do 5.º aniversário de sua fundação.

A iniciativa justifica-se no reconhecimento do esforço dispendido no sentido de corresponder às finalidades a que se propôs, introduzindo reais melhorias nos serviços que presta ao povo paranaense, a ponto de merecer calorosos aplausos e elogios.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1974.

(a) **GABRIEL MANOEL.**

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, um voto de regozijo pela inauguração, sábado próximo, das moderníssimas instalações da Editora Jornalística "O ESTADO DO PARANÁ", no Jardim Mercês, nesta Capital.

Desfrutando no cenário jornalístico brasileiro uma posição de vanguarda, colocando a imprensa do Paraná em igualdade de condições



com os maiores jornais do País, a empresa jornalística "O ESTADO DO PARANÁ", atinge a perfeição técnica no setor noticioso, aliada à Direção segura, dinâmica, inflexível, destemida do seu comandante Dr. PAULO CRUZ PIMENTEL e da sua magnífica equipe redacional e administrativa.

Congrega a referida Empresa um complexo noticioso de que faz parte em nossa Capital, além do jornal "O ESTADO DO PARANÁ", o vespertino "TRIBUNA DO PARANÁ", TELEVISÃO IGUAÇU CANAL 4, RADIO IGUAÇU, projetando o Paraná e o Brasil no campo das comunicações, com uma imprensa falada e escrita, independente, imparcial, com o objetivo de bem informar e assegurar, a preservação e o aperfeiçoamento do regime democrático no país.

Outrossim, REQUER, um voto de congratulações ao Diretor-Presidente da referida Empresa, Dr. PAULO CRUZ PIMENTEL, pelo empreendimento dos mais importantes no setor empresarial brasileiro, que é motivo de orgulho de todo o Paraná e respeito das demais unidades da federação.

REQUER, ainda, que da decisão do presente, se dê ciência à mencionada Empresa Jornalística, na pessoa do seu Diretor-Presidente Dr. PAULO CRUZ PIMENTEL, pela esplendida realização.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1974.

(a) PAULO POLI.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, que seja constituída uma Comissão de Deputados para representar esta Casa, no 13.º Encontro de Integração Municipal, a realizar-se nos dias 27, 28 e 29 de março de 1974, na cidade de Apucarana.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1974.

(a) GILBERTO CARVALHO.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, na forma regimental após ouvir o Plenário, se oficie ao Exmo. Senhor Ministro da Educação Ney Braga, felicitando-o pela feliz escolha do ilustre homem público Doutor Justino Alves Pereira, como Chefe de Gabinete daquela Pasta.

Justino Alves Pereira, em várias oportunidades, tem dado provas de sua dedicação e singular capacidade em defesa do povo paranaense. Ex-Secretário da Saúde, assim como na Assembleia Legislativa onde marcou indelevelmente sua passagem, o ilustre homenageado sempre se destacou.

Nada mais justo, portanto, que esta sincera homenagem a quem tanto o Paraná deve.

Requeiro, outrossim, após aprovação deste se dê ciência ao Senhor Ministro Ney Braga e ao homenageado.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1974.

(a) PAULO POLI.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, no uso de suas prerrogativas parlamentares, e após ouvido o Plenário, seja consignada sua irrestrita solidariedade à decisão de Sua Excelência, o Senhor Governador Emílio Gomes, de conduzir à Chefia da Secretaria da Fazenda o Doutor Afonso Alves de Camargo Neto, lúcido valor de nossa jovem geração política e que, no exercício de outras importantes posições soube revelar o fulgor de sua inteligência e probidade, sempre postas a serviço do progresso e grandeza de sua terra natal.

O fato ensaja manifestações gerais de júbilo, pois forma convicção generalizada de que a gestão a ser cumprida pelo Doutor Afonso de Camargo Neto, na Pasta fazendária caracterizar-se-á pelo zelo aos nossos mais respeitáveis interesses de ordem econômico-financeira, assim correspondendo a fundadas esperanças populares de dias mais promissores e seguros para o Paraná, e dentro da ciosidade de nosso dever de contribuição para consolidação dos rumos revolucionários que vêm ditando uma arrancada gloriosa e dirigida para construção de uma Pátria forte, unida e como sempre voltada para a concórdia entre todos os povos.

Dê-se, pois, ciência da decisão da Casa aos Senhores Governador Emílio Gomes e Doutor Afonso Alves de Camargo Neto.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1974.

(a) PAULO POLI.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas prerrogativas parlamentares, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão desta data, um voto de sincero regozijo pela passagem do 32.º aniversário da prestação de relevantes e patrióticos serviços prestados à nossa Aviação Civil pelo destemido e valoroso cidadão Vicente Wolski.

Coube ao mesmo, direção do pequeno aeroplano de prefixo PP-RSK, inaugurar aeroportos, descer estradas e fazendas nossas, impondo-se à condição de PIONEIRO do táxi aéreo no Paraná.

Brilhante foi a sua participação, em 1943, ao lado do tenente Dario Pessoa, Alfredo Soares e Aziz Surugi, no raid Curitiba-Rio-Curitiba, oportunidade em que foram usados os primeiros motores fabricados no Brasil, um dos quais ainda se encontra, em exposição, no Aéreo Clube do Paraná.

Sempre solícito no atendimento de reclamos de emergência, fêz-se credor de vastíssimo círculo de relações de amizade, tendo seu nome altamente conceituado e respeitado, não só nos meios aviatórios, como em nosso conceito social e popular.

O presente encerra, pois, uma justa homenagem a quem tanto e tão dedicadamente dedica sua vida aos mais nobres interesses de nossas coletividades devotadas a trabalho patriótico.

Ofereça-se conhecimento ao aviador Vicente Wolski da decisão da Casa.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1974.

(a) PAULO POLI.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, nos termos do Regimento Interno, requer a interferência de Vossa Excelência junto ao Excelentíssimo Senhor Governador Emílio Gomes, sobre gestões governamentais nos setores responsáveis do Governo da União, objetivando a reformulação do Decreto 210/67, que fixou o número de moinhos coloniais para moagem do trigo produzido no Estado, bem como a consequente liberação de suas atividades, permitindo, assim, a moagem do produto sem restrições de ordem fiscal estabelecidas pela Portaria n.º 20, de 5 de fevereiro de 1974, da SUNAB, que requisita o trigo armazenado em poder dos moinhos que tiveram seus registros subtraídos por força do Diploma supra mencionado.

Ninguém desconhece, Senhor Presidente, os incalculáveis prejuízos que a vigência daquele édito vem trazendo a nossa lavoura tritícola, contrariando, sob todos os aspectos, os esforços dos Poderes Públicos federal e estadual, no aumento da produção agrícola nacional, a fim de proporcionar a tão almejada tranquilidade social a população brasileira e elevar, cada vez mais, a pujança da nossa Pátria no cenário mundial. Convém lembrar, ainda, que após a grande produção apresentada nas safras anteriores, está, a nossa triticultura, agora, ameaçada de ve-la reduzida, justamente porque ainda existem óbices de ordem governamental que entravam o seu desenvolvimento.

Na oportunidade em que se anuncia a presença, no Paraná, do Ministro da Agricultura, poder-se-á levar ao conhecimento daquele titular as dificuldades criadas aos produtores de trigo, que estão mercê de grandes indústrias paulistas com subsidiárias no Paraná, dentre as quais, existem algumas que chegam até mesmo a impor condições desfavoráveis na comercialização do trigo ofertado pelo lavrador, principalmente, quando este possui sua cultura em localidades distantes de vias de comunicações pavimentadas.

O nosso apelo, Senhor Presidente, junta-se aos dos demais portavozes da nossa lavoura tritícola, que vêem no édito do Governo Federal um verdadeiro atentado contra os nossos produtores, que estão, inclusive, vivendo sob o clima do desestímulo, que trará naturais reflexos negativos não somente para o nosso Estado, mas para todo o País.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1974.

(a) — Jorge Sato

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, no sentido de que aquela autoridade federal, providencie de imediato os estudos iniciais para a construção da rodovia BR-280, que ligará o distrito de Horizonte, no Município de Palmas, na BR-153, ao Município de Barracão, que faz fronteira com a República Argentina.

Este, Sr. Presidente, é um Requerimento que vem reiterar outro semelhante apresentado em 1971, quando nos parabenizávamos com as autoridades federais pela construção da rodovia Transbraziliiana, em especial, o seu trecho-Sul, na região paranaense.

De lá para cá, nada mais foi feito com relação à BR-280, que apenas teve criada a sua sigla rodoviária e nem sequer subiu às pranchetas dos engenheiros do D.N.E.R.

Não se pode compreender este esquecimento por parte das autoridades encarregadas do setor, pois a construção desta rodovia irá abrir, verdadeiramente, mais um portão escoadouro para o Brasil, através de Barracão, com a Argentina.

Se o Governo Federal após uma numeração rodoviária a uma futura estrada é porque, com certeza, percebeu os valores suficientes de progresso que advirá ao País e às regiões a serem atingidas com a medida.

Fica aqui o apelo, Sr. Presidente, de que o Sr. Ministro dos Transportes não esqueça, dentre sua planificação rodoviária, a construção da BR-280, que será, se construída, uma verdadeira artéria, canalizadora de recursos à Nação, elo de ligação de um dos nossos portões internacionais, com o resto do País.

A ligação de Barracão com a Transbraziliiana, que vem sendo construída, abriria, de fato, as portas do Sudoeste e Sul do Paraná ao Sul do País, evitando a fase atual, quando um deslocamento daquela região até o Rio Grande do Sul, tenha que ser concretizado via Curitiba, encarecendo, e em muito, o frete de mercadorias da região.

Por tais motivos é que contamos com a aprovação do presente Requerimento por nossos pares, solicitando, ainda, seja enviado cópia do mesmo ao Senhor Diretor do D.N.E.R., bem como ao responsável pelo setor em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1974.

(a) — DOMICIO SCARAMELLA

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que ao presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário se oficie ao Exmo. Senhor Ministro Ney Braga, da Educação e Cultura, no sentido de que S. Excia. determine medidas para a verificação da possibilidade da federalização da Universidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1974.

(a) — DAVID FEDERMANN

#### JUSTIFICATIVA:

A Universidade de Ponta Grossa, abriga em seus diversos Departamentos cerca de 2.500 alunos e foi uma das primeiras entidades de ensino superior a se adaptar às novas normas que a reforma educacional impõe. Pelo seu elevado padrão técnico tem formado numerosos profissionais que tem se destacado quer nas carreiras liberais ou desportado frequentemente em concursos para provimento de cargos, os mais categorizados, tanto na área civil como nos diversos setores das Forças Armadas.

Para conseguir o seu objetivo de elevado gabarito educacional, a Universidade de Ponta Grossa luta com dificuldades de ordem orçamentária que só podem ser superadas sem o aumento de taxas, pelo carregamento de verbas federais, uma vez que o Estado não possui condições indispensáveis para enfrentar as exigências financeiras de nossa Fundação de Ensino Superior.

Somente com a sua federalização poderá a Universidade de



Ponta Grossa implantar novos cursos e atender satisfatoriamente a constante demanda de vagas exigidas pela nossa juventude estudiosa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domicio Scaramella, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Ocupamos esta Tribuna, no dia de hoje, para nos atermos a dois assuntos.

Primeiramente, quer este parlamentar se congratular com o Prefeito Municipal de Clevelândia, suas autoridades municipais, e, mais especialmente, com o povo laborioso e ordeiro dessa comuna, pela criação de uma agência do Banco do Brasil, criação esta há muito desejada e ansiosamente esperada na região.

Fez-se justiça, Sr. Presidente! Tardiamente, mas fez-se justiça a Clevelândia! Município base de sua região, marco de desmembramento das comunas limítrofes a si, Clevelândia, pelo indiscutível da produção, quer pecuária, quer agrícola ou mesmo industrial, pecava por um desenvolvimento maior que o atual, pela falta de órgão creditício oficial, tendo que se valer de estabelecimentos particulares para não sofrer solução de continuidade na sua produção infra-estrutural.

Serão mais de trinta mil habitantes, somente no Município, afora as cidades vizinhas, inclusive boa parte da região de Santa Catarina, a se beneficiar com a criação desta agência do Banco do Brasil.

Vive pois, Clevelândia momentos de euforia, mais que justificáveis, aos quais nos associamos com a criação dessa agência creditícia oficial.

Se, por um lado, a alegria nos toma conta com este fato, por outro, a desesperança quase nos atinge com o esquecimento, por parte das autoridades federais, que inesplicavelmente, até o momento deixaram apenas em um código rodoviário aquilo que, de fato, seria a redefinição da região Sul e Sudoeste do Estado, qual seja, a construção da BR-280, rodovia federal que deveria ligar através de uma interseção na rodovia BR-153, ora em construção, mais conhecida como Transbrasiliana, a região de Horizonte, Município de Palmas, até a cidade de Barracão, cidade limítrofe com a Argentina e um dos escaudouros do País.

Dizemos desesperança, Sr. Presidente, porque a BR-280, nem sequer subiu às pranchetas dos engenheiros do DNER, para sua planificação ficando apenas, atualmente, restrita a um simples Código rodoviário, como que se a sua importância fosse secundária, sem razão de ser.

Em 1971, através de Requerimento ao então Ministro Mário Andreazza, dos Transportes, pedimos a viabilidade de construção desta rodovia, que ligaria Palmas a Barracão, passando por Clevelândia, Maripolis, Vitorino, Marmeleiro e Salgado Filho.

E hoje, como ontem, ratificamos a importância desta estrada, pois se o governo federal chegou a opor uma numeração rodoviária, à mesma, é, porque, com certeza, percebeu os valores suficientes de progresso que advirá às regiões atingidas.

A ligação de Barracão à Transbrasiliana, que ora vem nascendo, abriria, de fato, as portas do Sudoeste e Sul do Paraná ao Sul do País, evitando a fase atual, quando um deslocamento daquela região até os pampas gaúchos, tenha que ser feito via Curitiba, encarecendo sobremaneira, o frete da mercadoria à região ou vice-versa.

Fica aqui, Sr. Presidente, um apelo ao atual Ministro dos Transportes, que fazemos oralmente e por escrito, que em seguida leremos, de que não olvide a um segundo plano, dentro a sua planificação rodoviária, a construção da BR-280, que será, se construída, uma verdadeira artéria, canalizadora de recursos à Nação, elo de ligação de um dos nossos portões internacionais, através de Barracão, com o Sul do País e o resto da Nação. Muito obrigado”.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem tivemos pronunciamento do ilustre Presidente, João Mansur trazendo uma informação, não oficial, com respeito ao provável aumento de vencimentos para o funcionalismo público estadual. Segundo as previsões, esse aumento não será superior a 10%. O próprio funcionalismo público não está acreditando que terá uma majoração salarial tão irrisória, tão insignificante da ordem de 10%, considerando que uma grande maioria de servidores públicos percebe uma soma que varia de Cr\$ 400,00 a Cr\$ 600,00 mensais. Uma majoração salarial de 10% praticamente não dará para que nosso funcionário possa fazer frente a esta terrível barreira que está se formando contra a economia do povo brasileiro, que é a inflação que marcha a passos galopantes. Segundo as previsões oficiais a inflação este ano será da ordem de 30%.

Vemos na imprensa o noticiário que nos dá conta que a gasolina terá, no mês que vem, uma alta que atingirá 15 a 30%. Vemos que mais um passo estará sendo dado para que a inflação atinja índices alarmantes. Vemos que os preços dos remédios estão sofrendo uma alta violenta. O material para a construção teve, em média, um aumento de 100% nos últimos doze meses. Este material para construção deverá atingir, até ao final do ano, uma alta de 200%, levando para a falência muitos construtores que não estão em condições de fazer frente a esta inflação. Vemos o preço da carne tabelada e, no entanto, sendo desrespeitado pelos grandes frigoríficos. O preço do óleo também subiu, sendo que o produto desapareceu das prateleiras dos supermercados. A inflação, de um modo geral, poderá atingir mais de 50%.

Gostaríamos, neste momento, de lançar um apelo ao Sr. Governador Emílio Gomes, que já herdou uma situação crítica, sendo que a situação do funcionalismo não foi criada por S. Exa., para que sinta de perto como sofre o servidor público paranaense, como sofrem todos aqueles que dependem de salário, não apenas o funcionalismo público mas qualquer cidadão que está vivendo de salário, ainda que não seja o mínimo, que perceba até Cr\$ 1.000,00. Todos eles estão sofrendo em virtude desta inflação que assola todo o País.

Gostaríamos que o Sr. Governador, mais uma vez, se mostrasse sensível à necessidade do nosso funcionário público, e desse a ele não esse aumento de 10% que seria uma verdadeira piada, mas, desse um aumento justo, um aumento que possa dar ao Servidor uma condição de vida mais humana e mais cristã, porque o aumento de 10%, ou nada, praticamente representa a mesma coisa, nenhuma contribuição positiva es-

tará dando, o Governo do Estado, para o nosso servidor, se vier a se concretizar esse boato de que o aumento não passaria de 10%.

Apelamos para que o Sr. Governador do Estado venha ao encontro, aos anseios de cada funcionário público, que já vai preocupado para a Repartição, preocupado, inquieto, nervoso e apreensivo, porque deixa, às vezes, a família sem dinheiro até mesmo para a compra de alimentos, que estão custando, cada dia, mais caro. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, o terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Temos acompanhado pela imprensa as várias nomeações nos cargos que se revezam no Governo do Estado; de certa forma, só nos resta aplaudir Sua Excelência o Sr. Governador Emílio Gomes.

Gostaríamos aqui neste instante, de destacar, quando sabemos por notícias divulgadas na imprensa de nosso Estado, que, estaria pronto para assumir a Presidência do maior estabelecimento de crédito do nosso Estado, o Banco do Estado do Paraná, o Sr. Celso Sabóia.

Já estivemos em outras ocasiões nesta Tribuna, para falarmos sobre a atuação deste paranaense como Superintendente, como Vice-Presidente do Banco do Estado do Paraná; sem intenção de criticar ninguém, quem quer que seja, nós sabemos como, há anos passados o Governador Ney Braga encontrou este estabelecimento de crédito, colocando ali, em cargo de projeção, o cidadão a quem nos referimos neste instante; o Dr. Celso Sabóia operou, frente àquele estabelecimento de crédito, verdadeiro milagre, eis que o Banco do Estado do Paraná desponta hoje no cenário nacional, como uma das maiores casas de crédito, em todo o Brasil.

Não poderíamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar passar despercebido o que está ocorrendo neste instante, quando Sua Excelência se prepara para assumir a Presidência daquele Banco.

Assim, aqui estamos para que fique registrada a nossa satisfação, diante deste novo e breve acontecimento.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência registra com satisfação a presença em Plenário do Sr. Prefeito Municipal de Sabaudia.

Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 215/69, de autoria do Dep. Fuad Nacli, que cria em Entidade de Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 18-73, de autoria do Dep. Quíelise C. da Silva, que denomina Cândido Derthier Fortes, o Ginásio Estadual da sede do Município de Marilena. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 192/73, de autoria do Dep. Iris Caldart, que declara de Utilidade Pública a Tenda de Umbanda Pai João do Recife, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 196/73, de autoria do Dep. Iris Caldart, que declara de Utilidade Pública a Associação de Caridade Espírita Social e Assistência “ACESA”, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 275/71, de autoria do Dep. Quíelise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio na sede do Distrito de Tupinambá, Município de Astorga, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

#### Projeto de Lei n.º 275/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio no Distrito de TUPINAMBÁ, Município de ASTORGA, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1971.

(a) QUIÉLSE CRISÓSTOMO DA SILVA

Deputado Estadual

#### J U S T I F I C A T I V A :

O Distrito de TUPINAMBÁ, Município de ASTORGA, tem curso ginásial como extensão do ginásio Estadual localizado na Sede do Município. O que se pretende com este Projeto é a criação de ginásio independente do ginásio da Sede, porque já existem condições para tanto.

Comissão de Constituição e Justiça

#### PROJETO DE LEI N.º 275/71

#### P A R E C E R

O nobre Deputado Quíelise Crisóstomo quer autorizar o Poder Executivo a criar no Distrito de Tupinambá, Município de Astorga, um Ginásio, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Lamentavelmente, a nobreza da iniciativa esbarra no impedimento constitucional insuperável, que é o do art. 35, combinado com o art. 47 da Carta Estadual.

Por essa razão, opino pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

(Assinatura Ilegível)

Presidente

PAULO CAMARGO

Relator

(Seguem 6 Assinaturas Ilegíveis)



**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 275/71**

Comissão de Finanças: Autor: Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva.  
Assunto: Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio na sede do Distrito de Tupinambá, Município de Astorga, para funcionar no próximo ano letivo.

Tratando-se de projeto meramente autorizatório, não há nenhum óbice na sua aprovação. O Poder Executivo, no tempo oportuno, se assim o quiser, dará os elementos financeiros para a instalação e funcionamento do Colégio. Somos, pois, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

**ANTONIO LOPES JUNIOR**

Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

Comissão de Instrução Pública

**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 275/73**

1 — Subscrito pelo ilustre Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, visa o presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio no Distrito de Tupinambá, Município de Astorga, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2 — A medida é oportuna e trata-se de simples autorização legislativa, ficando na dependência do Poder Executivo a sua aceitação ou não, e quanto ao mérito que cabe nesta oportunidade examinar, não vemos qualquer impedimento para deixar de colhê-la nesta Comissão.

3 — Assim, sendo, nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em .... de ..... de 1973.

(Assinatura Ilegível)

Presidente

**ALVARO DIAS**

Relator

(Assinatura Ilegível)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 286/71, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio, na sede do Município de Guapirama. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N.º 286/71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO, na sede do município de GUAPIRAMA.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1971.

(a) **GABRIEL MANOEL**

**JUSTIFICAÇÃO:** A localidade que se pretende dotar de um estabelecimento de ensino técnico-profissional, possui infra-estrutura educacional suficiente para conferir plena eficiência a qualquer curso de nível médio. Dotada de ginásio, além dos cursos primários, conta Guapirama com um contingente expressivo de mais ou menos setenta (70) jovens em condições de pleitear matrícula na Escola Técnica de Comércio que, certamente, mercê da indiscutível necessidade, ali será instalada.

Comissão de Constituição e Justiça

**PROJETO DE LEI N.º 286/71**

AUTOR: Deputado **GABRIEL MANOEL**

**P A R E C E R**

O Projeto de Lei não infringe nenhuma norma jurídica e está virtualmente em condições de merecer APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1972.

Deputado **LUIZ ROBERTO SOARES**

Relator

Deputado **ARMANDO QUEIROZ**

Presidente

(Seguem 6 Assinaturas Ilegíveis)

**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 286/71**

Comissão de Finanças: Autor: **GABRIEL MANOEL**.

Assunto: Autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio, na sede do Município de Guapirama.

Tratando-se de projeto meramente autorizatório, não há nenhum óbice na sua aprovação. O Poder Executivo, no tempo oportuno, se assim o quiser, dará os elementos financeiros para a instalação e funcionamento da Escola. Somos, pois, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972.

**ANTONIO LOPES JUNIOR**

(Seguem 4 Assinaturas Ilegíveis)

Comissão de Instrução Pública

**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 286/73**

1 — Este projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, visa autorizar o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio, na sede do Município de Guapirama.

2 — Esta proposição já mereceu pareceres favoráveis, quanto aos aspectos legais, constitucional e financeiro, das douts Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3 — Dadas as razões apresentadas pelo ilustre autor, na justificação do projeto, não vemos nada há opor quanto ao mérito da presente proposição, razão pela qual somos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em .... de ..... de 1973.

(Assinatura Ilegível)

Presidente

**ALVARO DIAS**

Relator

(Assinatura Ilegível)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 218/73, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo elevar os proventos

de inatividade de Tereza Klanchmidt, professor primário da Escola Isolada da Granja, Município da Lapa. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N.º 218/73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar os proventos de inatividade de TEREZA KLANCHMIDT, professor do Ensino Primário Normal, Nível 16, da Escola Isolada da Granja, Município da Lapa, Pr., aposentada pelo Decreto n.º 17.363, de 19 de novembro de 1969, para a importância de Cr\$ 2.843,94 (dois mil, oitocentos e quarenta e três cruzeiros e noventa e quatro centavos), anuais e integrais, inclusive os adicionais de 5% (cinco por cento).

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 21 de setembro de 1973.

(a) **ODILON REINHARDT**

**J U S T I F I C A T I V A :**

A pretendida elevação de proventos de inatividade justifica-se porque sua beneficiária foi aposentada por invalidez permanente, nos termos dos Artigos 162, Alínea A, e 129, parágrafo Único, da Lei n.º 5.871, de 06 de novembro de 1968, combinado com o Artigo 72, Parágrafo 2.º, da Constituição Estadual, em vigor na época.

Entretanto, ao fixar-se o "quantum" da aposentadoria foi tomado por base o tempo de serviço daquela servidora o que concedeu-lhe apenas 70% (setenta por cento) dos vencimentos a que fazia jus no exercício de sua atividade e que, mesmo com os adicionais de 5% (cinco por cento) perfaz um total anual da ordem de Cr\$ 1.995,84 (hum mil, novecentos e noventa e cinco cruzeiros e oitenta e quatro centavos), quantia irrisória se levarmos em consideração que a antiga servidora é portadora do "Mal de Hansen", conforme se vê da inclusa Declaração da diretoria do Hospital-Colônia "São Roque", da Fundação Hospitalar do Paraná, o que a impede de exercer outra qualquer atividade para auferir rendimentos. Por outro lado, a legislação previdenciária prevê aposentadoria com vencimento integral para as vítimas do Mal de Hansen, do câncer e de outras doenças infecto-contagiosas que, impondo a seus portadores aspecto deformante, repulente ou repulsivo, lhes impede o convívio normal com a comunidade. Assim, entendemos nada mais justo que o Estado adote entendimento já consolidado em Lei Federal (I.N.P.S.), e, por isso, estamos propondo o presente Projeto de Lei que, além de elevar um pouco (cerca de trinta por cento), os parcos proventos de inatividade de sua beneficiária, terá também o sentido de solidariedade do Poder Público a uma servidora que dedicou anos de sua vida na educação de gerações de alunos e que, agora, vê-se vítima de mal irreversível e não mais tem condições de continuar ensinando seu nobre mistér.

Os nobres Deputados certamente com o mesmo entendimento sobre a questão retro exposta e, por isso, darão ao presente Projeto de Lei seu honroso e indispensável apoio.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 1973.

(a) **ODILON REINHARDT**

**FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO PARANÁ  
HOSPITAL COLONIA SAO ROQUE****DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins e efeitos que a senhora Tereza Klein-chmidt, encontra-se internada neste sanatório para tratamento especializado desde a data de 30-05-1973.

Hospital Colônia São Roque, 31 de maio de 1973.

**Dr. DUQUE W. CÔRES**

Diretor do H.C.S.R.

Comissão de Constituição e Justiça

**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 218/73**

I) — A iniciativa do Projeto é das mais nobres, tendo profundo sentido humano.

Visa amparar alguém que encontra-se privada do convívio normal com a sociedade, vítima do Mal de Hansen, após dedicar-se ao ensino de jovens enquanto tinha condições de saúde.

II) — O pronunciamento desta Comissão não pode ser outro, senão o de concluir pela aprovação do Projeto, visto tratar-se de medida autorizatória.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1973.

(Assinatura Ilegível)

Presidente

Dep. **OVÍDIO FRANZONI**

Relator

(Seguem 6 Assinaturas Ilegíveis)

**P A R E C E R****COMISSÃO DE FINANÇAS**

1 — Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 218/73, de autoria do nobre Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo elevar os proventos de inatividade de TEREZA KLANCHMIDT, Professor do ensino primário normal, nível 16, da Escola Isolada da Granja, município da Lapa, neste Estado, aposentada pelo Decreto n.º 17.363, de 19 de novembro de 1969, para a importância de Cr\$ 2.843,94 (dois mil, oitocentos e quarenta e três cruzeiros e noventa e quatro centavos), anuais e integrais, inclusive os adicionais de 5% (cinco por cento).

2 — Em seu R. Parecer de fls. a douts Comissão de Constituição e Justiça optou pela legalidade e juridicidade do Projeto de Lei testilhado e esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, não vê como ter outro entendimento que não seja favorável à aprovação da matéria eis que, a proposição, visa sanar uma lamentável falha do Poder Público quando concedeu aposentadoria à beneficiária deste com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, quando deveria fazê-lo com vencimentos integrais, pois que a mesma é vítima do Mal de Hansen, em estágio irreversível e não tem como dedicar-se a qualquer ocupação



que lhe suplemente os rendimentos mensais, conforme se vê do Atestado de fis., dos Autos.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 1973.

(Assinatura Ilegível)

Presidente

Deputado JOÃO C. FADEL

Relator

(Seguem 2 Assinaturas Ilegíveis)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 251/73, de autoria do Dep. Muggiati Filho, que declara de Utilidade Pública o "Centro Comunitário Bom Pastor", com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 251/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

S U M U L A:

"Declara de utilidade pública o CENTRO COMUNITARIO "BOM PASTOR", com sede e foro nesta Capital".

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO COMUNITARIO "BOM PASTOR", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1973.

(a) — JOSÉ MUGIATTI FILHO

#### J U S T I F I C A T I V A:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, está legalmente constituída, sendo que seu estatuto está registrado no cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, 2.º Ofício, desta cidade, sob número 988, Livro A.

Além disso, a referida entidade preenche os demais requisitos legais, ou seja, presta de forma real e efetiva a assistência social à população; está em pleno e regular funcionamento, e finalmente, os membros de sua diretoria não percebem qualquer tipo ou forma de remuneração, conforme se infere dos documentos anexos.

Assim, pois, submetemos o presente plano de lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe de o indispensável apoio e a necessária aprovação final.

Artigo 1.º) — O CENTRO COMUNITARIO "BOM PASTOR", fundado a 22 de setembro de 1973, é uma Entidade de Direito Público, com Sede em Curitiba, à Rua Vitorio Vizezzer n.º 567, Paraná, e tem por finalidade o intercâmbio de pessoas de diferentes níveis sociais, unindo suas forças, visando promover o amparo social da coletividade, a defesa da saúde e a assistência médico-social e educacional, gratuitamente aqueles desamparados e desprovidos de recursos sem distinção de cor, política partidária, credo ou religião e raça.

Artigo 2.º) — Sua programação deverá variar de acordo com as análises das necessidades, dentro da devida escala de prioridades. Desta forma poderão ser desenvolvidas atividades nos diversos setores e faixas etárias.

Artigo 3.º) — O CENTRO COMUNITARIO "BOM PASTOR" não tem fins lucrativos, não remunera os membros de sua Diretoria no todo ou em parte, aplicando as suas rendas exclusivamente no País, para a sua manutenção e a consecução dos seus objetivos, e não distribui lucros, dividendos, bonificações ou vantagens a seus dirigentes, socios, benfeitores ou mantenedores, sob qualquer pretexto;

Artigo 4.º) — A Entidade será dirigida por um Conselho Administrativo, constituído de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretário, Primeiro e Segundo Tesoureiro, cujos mandatos serão de três anos, sendo possível a reeleição.

§ UNICO: Em caso de vacância em algum cargo da Diretoria, que não seja o de Presidente, será eleito em reunião ordinária o respectivo substituto que deverá cumprir o restante do mandato.

Artigo 5.º) — Será admitido qualquer tipo de socio, cuja aceitação ou demissão ficará a cargo da Diretoria.

Artigo 6.º) — O Patrimônio da Instituição será constituído por bens móveis e imóveis, adquiridos por compras, legados, renda eventual de seus bens e contribuições dos socios, subvenções ou auxílios dos governos Federal, Estadual ou Municipais.

Artigo 7.º) — Para os atos comuns de Administração o CENTRO COMUNITARIO "BOM PASTOR" será representado em Juízo e fora dele pelo Presidente, ou em sua ausência ou impedimento pelo Vice-Presidente, podendo ambos constituir em procurador, salvo quanto ao disposto no parágrafo seguinte.

§ UNICO: Para alienar, onerar, hipotecar, transigir sobre bens imóveis da Entidade, bem como movimentar as contas bancárias, receber verbas e subvenções federais, estaduais ou Municipais, serão necessárias as assinaturas do Presidente e do Secretário juntamente, podendo ambos constituírem um mesmo Procurador.

Artigo 8.º) — Os socios não responderão nem subsidiariamente pelas obrigações do Centro Comunitário.

Artigo 9.º) — O CENTRO COMUNITARIO "BOM PASTOR" terá duração indefinida, e em caso de extinção, seus bens serão destinados a uma Entidade Congênere, a critério do Conselho Administrativo, registrada no Conselho Nacional de Serviço Social.

Artigo 10.º) — Anualmente haverá uma Assembléia Geral para apreciar as contas e atuação do Conselho Administrativo. Este poderá convocar os socios sempre que julgar conveniente, sendo as deliberações tomadas por simples maioria, salvo quanto ao disposto no artigo 13.º deste Estatuto, podendo então funcionar com qualquer numero de socios.

Artigo 11.º) — A Assembléia poderá deliberar sobre a adoção do Regimento Interno e definir as atribuições do Conselho Administrativo;

Artigo 12.º) — Os artigos omissos do presente Estatuto serão resolvidos de acordo com o Código Civil e princípios Gerais do Direito.

Artigo 13.º) — O presente Estatuto poderá ser modificado por deliberação de dois terços dos socios, sendo que as alterações entram em vigor na data do Registro no Cartório competente.

xx

#### PRIMEIRA DIRETORIA DO CENTRO COMUNITARIO "BOM PASTOR"

Presidente: MARGARIDA MUGGIATI

VICE-PRESIDENTE: ROBERTO PORTUGAL

Primeira Secretária: EUNICE BOTTO PORTUGAL

Segunda Secretária: WALKIRIA T. PORTUGAL

Primeiro Tesoureiro: DORCELINO VICENTE DE PRA

Segundo Tesoureiro: JOÃO CARLOS VIEZER

#### PODER JUDICIARIO TRIBUNAL DE ALÇADA

#### ATESTADO

ATESTO, por ser do meu conhecimento e para os devidos fins, que o Centro Comunitário Bom Pastor, com sede à Rua Vitorio Vizezzer, 566, nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, está com seu funcionamento pleno e regular.

Curitiba, 27 de setembro de 1973.

JOÃO CID DE MACEDO PORTUGAL

Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná

#### COMISSAO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N.º 251/73

AUTOR: Deputado MUGIATTI FILHO

SÚMULA: Declara de utilidade pública o CENTRO COMUNITARIO "BOM PASTOR", com sede e foro nesta Capital.

#### PARECER

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado MUGIATTI FILHO, visa declarar de utilidade pública o CENTRO COMUNITARIO "BOM PASTOR", com sede e foro nesta Capital.

A entidade enfocada está legalmente constituída, ou seja, seu Estatuto Social está registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas competente, presta de forma real e efetiva a assistência social à população, está em pleno e regular funcionamento e os membros de sua diretoria não percebem qualquer tipo ou forma de remuneração, conforme se infere dos documentos anexos ao Projeto, preenchendo, desta forma, todos os requisitos da Lei pertinente à matéria.

Assim sendo, constitucionalmente, legalmente e formalmente, a proposição é escoreita.

Pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.11.73.

PRESIDENTE — (Ass. Ilegível)

RELATOR — DEPUTADO NELSON BUFFARA.

(Ass. Ilegíveis)

#### COMISSAO DE FINANÇAS

#### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 251/73

Autor: Dep. JOSÉ MUGGITI FILHO

Súmula: Declara de utilidade pública o Centro Comunitário "Bom Pastor", desta Capital.

De autoria do eminente deputado JOSÉ MUGGIATI FILHO, o presente Projeto de Lei visa declarar de utilidade pública o Centro Comunitário "BOM PASTOR", com sede e foro nesta Capital.

Examinando a matéria sob o aspecto financeiro, não encontramos nenhum óbice para a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1973.

(assinatura ilegível)

Presidente

Dep. ALVARO DIAS

Relator

(Ass. Ilegíveis)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 273/73, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que declara de Utilidade Pública a Sociedade "Escola Roland", da Cidade de Rolândia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 273/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade "ESCOLA ROLAND" da cidade de Rolândia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, novembro de 1973.

(a) — XENOFONTE VILLANUEVA

#### J U S T I F I C A T I V A:

A ESCOLA ROLAND, criada pela comunidade rolandense, é uma entidade sem fins lucrativos, cujo único objetivo é a educação. Possui seu curriculum as atividades de práticas agrícolas como formação especial. Funciona em período integral de sete horas diárias, proporcionando recuperação no transcurso de todo o ano.

Pelos trabalhos relevantes oferecidos à comunidade, mereceu através de Decreto da Câmara Municipal de Rolândia, o seu reconhecimento como entidade de utilidade pública. É a única escola da região, que introduziu já no ano de 1972, o novo sistema de ensino nos moldes da Lei 2692/71. Procurando utilizar a reconhecida capacidade

dos mestres que nela exercem suas atividades, criou o CENTRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ESCOLA ROLAND, que no presente ano já promoveu seminários e cursos de atualização, destacando-se a TERCEIRA JORNADA DE EDUCAÇÃO levada a efeito de 1.º a 4 do corrente mês, com a participação de 206 professores, vindo das mais diversas regiões do Paraná, inclusive do Estado de São Paulo.

Para sua manutenção, tem recebido auxílios da República Federal da Alemanha, que encontra análise dos relatórios sobre ela elaborados, a imagem de uma escola modelo, integrada dentro dos melhores princípios educacionais do Governo de nossa Pátria.

A descrição de todos os trabalhos por ela executados que a fazem merecedora do título a lhe ser concedido pelo presente Projeto de Lei, poderá ser comprovado pela documentação anexa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 273/73

- 1 — De autoria do nobre Deputado Xenofonte Villanueva, visa o presente projeto de lei, declarar de utilidade pública a Sociedade Escola Roland, com sede e foro na cidade de Rolândia.
- 2 — Pelas razões apresentadas na justificação, não vemos qualquer impedimento que se possa antepor ao projeto, quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional, razão pela qual nosso paracer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1973.

(assinatura ilegível)

Presidente

**ERONDY SILVERIO**

Relator

(Ass. Ilegíveis)

#### PARECER

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

- 1 — Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 272/73, de autoria do nobre Deputado Xenofonte Villanueva, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE "ESCOLA ROLAND", da cidade de Rolândia, deste Estado.
- 2 — Não havendo implicação de ordem financeira decorrente da eventual aprovação da matéria, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de pronunciar-se favoravelmente ao Projeto de Lei em testilha.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1973.

(assinatura ilegível)

Presidente

**Deputado JOAO C. FADEL**

Relator

(Ass. Ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Roberto Vizi. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 211/73, e Projeto de Resolução n.º 3/74. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, no sentido de que se digne determinar medidas para a verificação da possibilidade de federalização da Universidade de Ponta Grossa. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão de

Srs. Deputados para representar esta Casa, no 13.º Encontro de Integração Municipal, na cidade de Apucarana. **Aprovado.**

Esta Presidência designa os Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Fabiano Braga Côrtes, Santos Lima e Antonio Maciel para comporem a Comissão, referente ao Requerimento aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, objetivando a reformulação do Decreto 210/67, que fixou o número de moinhos coloniais para moagem do trigo produzido no Estado, bem como a liberação de suas atividades. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela inauguração sábado próximo, das instalações da Editora Jornalística "O Estado do Paraná", bem como voto de congratulações ao Sr. Diretor Presidente da referida Editora, Sr. Paulo Pimentel. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de felicitações ao Sr. Ministro da Educação e Cultura pela feliz escolha do Sr. Justino Alves Pereira, como Chefe de Gabinete daquela Pasta. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso ao Clube Municipal de Esportes de Arapongas, cuja equipe sagrou-se campeã do torneio quadrangular, recentemente levado a efeito nesta Capital. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando voto de louvor e reconhecimento ao médico Dr. Joaquim Faria de Macedo, pelos serviços que prestou a Arapongas e ao Paraná, a frente do Posto de Saúde do referido Município. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja consignada sua irrestrita solidariedade à decisão do Sr. Governador do Estado, de conduzir à chefia da Secretaria da Fazenda, o Dr. Affonso Alves de Camargo Neto. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto regozijo pela passagem do 32.º aniversário da prestação de relevantes e patrióticos serviços à nossa Aviação Civil pelo Sr. Vicente Wolski. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício à Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos, congratulando-se com sua Diretoria pelo transcurso, no dia 21 último, do 5.º aniversário de sua fundação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que se digne providenciar estudos para a construção da Rodovia BR-280, que ligará o Distrito de Horizonte, no Município de Palmas, na BR-153, ao Município de Barracão, que faz fronteira com a República Argentina. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 18-73, 192-73 e 196-73.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 275-71, 286-71, 218-73, 251-73 e 273-73.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 62-73 e de Lei .... n.º 36/70.

Levanta-se a Sessão.